



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

JULIANA MORAIS SILVA

**A Feira Livre do Município de Redenção-Ceará como uma Política Pública de
Desenvolvimento Local: Um Desafio da Gestão Municipal.**

**REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
2017**



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA-ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JULIANA MORAIS SILVA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, como requisito obrigatório à obtenção de título de bacharel em Administração Pública.

Professora Orientadora: Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
2017

JULIANA MORAIS SILVA

**A Feira Livre do Município de Redenção-Ceará como uma Política Pública de
Desenvolvimento Local: Um Desafio da Gestão Municipal.**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração
Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

DATA: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan (Orientadora).

Prof.^a Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família e todos os professores que estiveram comigo me apoiando nesse longo período, que Deus possa lhes guardar e proteger.

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido nada mais é que as metas que traçamos, eu escolhi um caminho mais longo, e não me arrependo das escolhas que fiz, hoje olho para trás e vejo que não foi fácil. O desafio foi grande; por isso quero agradecer primeiramente a Deus, porque esse sonho foi confiado a Ele e só Ele poderia me dar, e que bom que os meus sonhos eram os sonhos Dele.

Em segundo lugar, aos meus pais, Francisca Maria e João, pois eles são a minha base; meu alicerce. Orgulho-me de ser filha de agricultores que não tinham nenhuma condição de me dar um ensino superior, mas eles foram e são ricos de amor, e foi isso que eles me deram; amor! Eles me ensinaram que a dignidade é o maior tesouro que temos.

Aos demais, quero deixar registrado meus agradecimentos à Jaqueline Viana e Mário C. Moniz que foram uns verdadeiros anjos, no momento em que eu não sabia mais o que fazer e eles sabem disso! À Karina Sousa Braz, minha amiga que vou levar da universidade para vida.

A todos os meus professores, que foram verdadeiros mestres e que desde o início se doaram pela causa UNILAB e em especial minha orientadora Andrea Kanikadan.

À UNILAB por ter me ajudado até o fim dessa jornada, pois acredito que se não fosse essa ousada proposta que possuí, não teria sido possível estudar em uma Universidade Federal e praticamente em casa. Enfim, a todos que estiveram junto comigo ou que me ajudaram direta ou indiretamente. Serei eternamente grata por tudo!

RESUMO

O município de Redenção nasceu às margens do rio Pacoti e sua principal economia sempre foi agricultura, primeiro, pelo plantio da cana-de-açúcar e engenhos, depois pelo plantio de frutas. Dessa forma, não demorou muito para o aumento de sítios pelos arredores, sua exuberância, se destacou por ser um vale verde, daí o início da comercialização desses produtos na feira livre, criada pelo Decreto nº 029, de 18 de junho de 1949. Nos dias atuais há vários debates de interesse da sociedade no sentido de desenvolver esses locais, nesse sentido o desenvolvimento local vem ganhando novas dimensões, e aumentando a capacidade dos atores locais serem protagonistas de suas histórias. O desenvolvimento local é um processo endógeno de mudança que leva a melhoria de vida e dinamiza a economia local, que por sua vez, demanda mudanças estruturais principalmente na esfera municipal. O objetivo da pesquisa é analisar a feira livre do Município de Redenção-Ce., como uma ferramenta de desenvolvimento local. Este estudo se caracterizou numa investigação de caráter qualitativo, utilizando o método descritivo-exploratório de caráter etnográfico. Os dados coletados se deram através de entrevistas semiestruturadas e observações *in loco*. Os resultados deste estudo mostram que o desenvolvimento local sem raízes, cuja economia se alimenta através da arrecadação formada por fundos de participação e transferências, está longe de um desenvolvimento local. Por fim, é necessária aderência de mecanismos de auto-organização como o associativismo.

Palavras chaves: Feira-livre; agricultores/feirantes; Redenção Ceará; desenvolvimento local; políticas públicas.

ABSTRACT

Redenção municipality was born on the banks of the Pacoti river and its main economy was always agriculture, first by sugar cane crops and mills, then by fruit cultivation. Thus, the increase of farms by its surroundings it was not take so long, its exuberance, stood out for being a green valley, hence the beginning of the commercialization of these products in the street market, created by the Decree nº 029, of June 18th, 1949. Nowadays there are several interest debates of the society with the meaning of development of these places; in this sense the local development has gained new dimensions, and increasing the capacity of local actors to be protagonists of their stories. Local development is an endogenous process of change that leads to a life improvement and dynamizes the local economy, in turn, requiring structural alterations mainly in the municipal sphere. The objective of the research is to analyze the free fair of the Municipality of Redenção-CE, as a tool local development. This study was characterized in a qualitative research, using the descriptive-exploratory method of ethnographic character. The data collected were given through semi-structured interviews and *in loco* observation. The results of this study show that local development without roots, whose economy is fed through the collection formed by participation funds and transfers, is far from local development. Finally, it is necessary adherence to mechanisms of self-organization such as associativism.

Keywords: Street Market; farmer/ marketer; Redenção Ceará; local development; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 Tipologia de Circuitos Curtos de Comercialização no Brasil e na França	21
Figura 2 Localidades do Município de Redenção.....	39
Figura 3 Fachada do Mercado Público.....	41
Figura 4 Mercado Público Descoberto.....	42
Figura 5 Dias de Chuva no Mercado.	42
Figura 6 Feira do Município de Redenção.....	43
Figura 7 Barracas da Feira Livre.....	43
Figura 8 Síntese dos Resultados Colhidos	50

Lista de Quadros

Quadro 1 Algumas Políticas Públicas para Agricultura Familiar.....	26
Quadro 2 produtos distribuídos pela EMATERCE	48

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Desenvolvimento Local Sustentável.....	17
Gráfico 2 Lavoura Cultivada Temporariamente na Região.	36
Gráfico 3 Lavoura de Cultivo Permanente na Região.....	37

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACAN - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Ceará

EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PRONAF- Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNB - Produto Nacional Bruto

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e agricultura

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONAF- Programa nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ACAN - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 Desenvolvimento Local.....	13
2.2 Desenvolvimento Sustentável.....	16
2.3 Circuitos Curtos de Comercialização	19
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	24
4 METODOLOGIA DO ESTUDO	30
4.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE REDENÇÃO CEARÁ.....	34
5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS.....	37
5.1 Dados colhidos com os Agentes Sociais.....	39
5.2 Dados colhidos com Agentes Públicos.....	46
5.3 Dados colhidos pelos Agentes Especializados.....	47
Figura 8 Síntese dos Resultados Colhidos.....	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
7 REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO	53
APÊNDICE A- Entrevista com coordenador da vigilância sanitária	58
APÊNDICE B- Entrevista com Secretário de Infraestrutura.....	59
APÊNDICE C- Entrevista com servidor da secretaria de agricultura	60
APÊNDICE D- Entrevista com os Feirantes	61
APÊNDICE F- Entrevista com os feirantes.....	63
APÊNDICE G- Diário de Campo.....	65

1 INTRODUÇÃO

Interessa a todos as regiões elevar sua a riqueza econômica. Entretanto é comumente notável que algumas políticas são pensadas para o curto prazo por esse motivo podem ignorar pontos relevantes para o desenvolvimento social, econômico e principalmente local em longo prazo. São de grande importância que cada lugar procure desenvolver suas próprias estratégias e leve em consideração as características que cada local propicia. Sobretudo porque não existe um modelo único capaz de ser aplicável a todas as regiões.

Assim é imprescindível que os atores locais busquem desenvolver ações para elevar a geração de renda da cidade por meio da cultura socioeconômica através dos artigos vindos do local e identificar estratégias a fim de atrair investimentos.

Buarque (2002) considera que o conceito de desenvolvimento local como um processo endógeno que movimenta a economia e que principalmente melhora a qualidade de vida da população em lugares de pequeno e médio porte. Os locais que não se deixam levar pelo assistencialismo tomam iniciativas empreendedoras através de parceria com diferentes atores e agentes e assumem um papel estratégico de mudança.

As feiras livres são excelentes canais de comercialização de produtos da agricultura familiar, porém ainda carecem muito de incentivo por parte das políticas públicas e de programas de desenvolvimento rural (MODEL E DENARDIN 2014). Isso ressalta o que Ribeiro et al. (2005) quis alertar ao dizer que tal fato expõe a invisibilidade econômica das atividades locais e certa marginalização da agricultura familiar nos programas de desenvolvimento dos municípios. O autor também ressalta que são poucos os estudos sobre feiras livres que abranjam sua função social, agregação de valor e o fortalecimento da agricultura familiar.

Uma alternativa que traz vantagens econômicas culturais e sociais são circuitos curtos de comercialização, são eventos que estimulam a criação de associações e cooperativas, ou seja, que impulsiona o desenvolvimento local através de produtos aproveitados em toda extensão temporária de verão ou inverno. Redenção Ceará tem uma feira livre bastante movimentada semanalmente, essa manifestação de cultura traz vantagens ligadas à tradição, artesanato e ao local que sem dúvidas ainda é a melhor alternativa de escoamento da produção dos agricultores.

Segundo Ortega e Mendonça (2007) no final da década de 1990, o governo brasileiro inseriu estratégias de desenvolvimento local em suas políticas para territórios rurais deprimidos do país que viabilizou ações dessa natureza. Outro fator que contribuiu muito foi o interesse das pessoas estarem envolvidas nas tomadas de decisões e formulações de políticas públicas o que gera um processo de luta pela democracia a partir das experiências locais.

Em Redenção-CE, a feira livre é marcadamente um feito histórico, a economia da cidade era baseada na produção de cana-de-açúcar, onde a mesma era produzida nas fazendas da redondeza e tinha como mão-de-obra os escravos. O cultivo local está relacionado à agricultura e destaca a criatividade dos atores que comercializam seus produtos no município através da feira livre, criada pela Lei nº29 no dia 18 de junho de 1949.

O trabalho pretende responder a seguinte pergunta: Como a feira livre do Município de Redenção Ceará tem contribuído para o desenvolvimento local?

O objetivo desse trabalho é analisar a feira livre do Município de Redenção Ceará como uma ferramenta de desenvolvimento local. E como objetivos específicos:

- Identificar os atores envolvidos na feira livre de Redenção;
- Averiguar a origem dos produtos ofertados na feira livre de Redenção; e,
- Analisar os impactos da feira livre para o Município de Redenção.

A viabilidade da pesquisa se desenvolveu através de uma investigação de caráter qualitativo, utilizando o método descritivo-exploratório com auxílio de referencial bibliográfico e documental. Os dados coletados se deram através de entrevistas semiestruturadas e observações *in loco*.

A pesquisa está estruturada em sete seções, incluindo esta introdução. Na seção 2 procura-se desenvolver o conceito de desenvolvimento local, subdividido pelo tema circuito curtos de comercialização e desenvolvimento sustentável. Na seção 3 é apresentado o assunto sobre políticas públicas de desenvolvimento local para agricultura familiar. Na sessão 4 são apresentados procedimentos metodológicos utilizados no presente trabalho, bem como a classificação da pesquisa, as técnicas de coleta de dados e análise empregadas. Na seção 5 faz um breve histórico da feira livre do município de Redenção. Na seção 6, faz uma inferência da análise dos dados e resultados. E, por fim, na seção 7, são tecidas considerações finais sobre a relevância do desenvolvimento local e a importância de mais estudos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo será apresentada a fundamentação teórica deste trabalho. Parte-se do princípio que os aspectos que representam o engajamento das relações sociais locais e os potenciais que a sociedade e indivíduos podem oferecer a partir de cada território favorecendo o desenvolvimento local.

2.1 Desenvolvimento Local

O tema sobre desenvolvimento local favorece aos atores sociais se organizarem dentro do seu município ou comunidade. Araújo (2012) afirma que o desenvolvimento local deve ser pensado como uma possibilidade de desenvolvimento, uma vez que coloca as pessoas como protagonistas de suas ações. O assunto sobre desenvolvimento está presente nos debates de interesses da sociedade. É bem verdade que o sentido de desenvolvimento esteve relacionado ao crescimento econômico. É mensurado pela evolução do Produto Nacional Bruto (PNB) de um país. Porém, nos dias atuais essa concepção vem ganhando novas dimensões e aumentando a capacidade das pessoas serem protagonistas de sua própria história.

Para Buarque (2002) diz que nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e desenvolvimento.

Sobretudo o local representa o engajamento das relações sociais na própria comunidade e trabalha os potenciais que a sociedade e indivíduos podem oferecer a partir de cada território contornando as falhas locais.

Para melhor entendermos a ideia de desenvolvimento local, é necessário conceitua-lo. Segundo Buarque, (2002 p. 25):

Desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as potencialidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local.

Buarque (2002) diz que, “o município com grande empreendimento produtivo sem raízes (enclaves econômicos) ou cuja economia se alimenta, na sua maior parte, de transferências externas de rendas compensatórias e que tem a base da arrecadação municipal formada pelos fundos de participação, está longe de um desenvolvimento local” (p.27). O autor explica que o desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que por sua vez aumenta a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, isso requer que principalmente a esfera municipal detenha autonomia financeira e para, além disso, obtenha capacidade de efetiva execução e implementação das ações voltadas para o social.

Nesse contexto, é interessante perceber, que para chegar até a articulação dessas estratégias, o tema, desenvolvimento passou por um longo período marginalizado e só voltou a ser valorizado pelos autores e pelas políticas públicas no final da década de 90. Para Ortega e Mendonça (2007) esse tema voltou a ser debatido agora com “visões e experiências alternativas de desenvolvimento territorial local”, bem com “respostas específicas e intencionais, valorizando as diversidades econômicas, sociais e políticas existentes em seus territórios locais”.

Outro fator que contribuiu muito segundo Ortega e Mendonça (2007) foi a participação da sociedade civil nas decisões e formulações de políticas gerando um processo de luta pela democracia a partir das experiências locais como resistência ao regime vigente que resultaram em reivindicações para que houvesse mais participação da sociedade civil na formulação e gestão de políticas públicas locais, pois não se tinha liberdade política frente ao regime militar que imperava. Tais resultados estão presentes na constituição Federal de 1988, onde trata da descentralização do poder no país. Esses avanços refletiram sob a forma de gerência da administração pública e nas próprias políticas públicas de modo a descentralizar as ações para os governos locais e assim contar com a participação da sociedade nos anos 80.

Mattos (2008) exprime que o desenvolvimento local abrange três dimensões, são elas: uma econômica, outra sociocultural e a última sendo política; a primeira “caracterizada por um sistema específico de produção capaz de assegurar”, aos atores locais, “o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade que lhes garantem competitividade”, a segunda procura integrar todos os atores de forma que eles possam trabalhar juntos em prol da mesma causa o desenvolvimento; a última trata-se de uma política que “se materializa em iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento”.

A partir dessa ampliação, os arranjos sociais locais (*conselhos*) criados para dar voz e vez à sociedade organizada passaram a ser obrigatórias nos municípios viabilizando o processo de descentralização e na gestão de políticas públicas na busca de alternativas ao desenvolvimento. Oliveira e Martinelli (2014), por sua vez, conceituam como “arranjos produtivos locais APLs sendo aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes” (p.47).

Nogueira (2006) destaca que “os estudos de desenvolvimento local contemplam outras unidades e arranjos institucionais como comunidades, regiões, metropolitanas e consórcios regionais, entre outros” (p.47).

Segundo Ortega e Mendonça (2007), esse processo de descentralização na formulação e gestão de políticas públicas vem valorizando a concentração social na busca de alternativas ao desenvolvimento. Com o neoliberalismo nos anos 90, os estados não poderiam intervir tanto na economia, mas, como uma forma de enfrentamento à crise fiscal, recomendava-se que os países em desenvolvimento procurassem meios de controlar suas contas públicas e consequentemente sair do endividamento público. Entretanto, os locais onde estavam voltados para a produção buscariam se desenvolver de forma mais autônoma e endógena.

Por esse e por vários outros fatores as desigualdades territoriais e regionais representam fator de entrave para a qualidade de vida da população que reside principalmente nas regiões mais pobres dos Estados.

Segundo BRASIL (2011):

Entende que o caminho de redução das desigualdades passa pela valorização da magnífica diversidade regional do país. Isso significa dizer que o problema regional Brasileiro encontra uma via de superação na exploração consistente dos potenciais endógenos e desenvolvimento das diversas regiões do país.

Para arraigar ainda mais as potencialidades intrínsecas Bernard Pecqueur (2005) concebe o conceito de desenvolvimento territorial como mais adequado para nos referirmos ao local. De acordo com este autor, “o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites extremos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Considera importante a existência das políticas públicas, mas mesmo assim deve estimular e mobilizar os atores na construção de suas estratégias, dando ênfase ao território, de modo que

reorganizem a economia local, com “recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho”.

Portanto, isso só ressalta a ideia que não se tem uma receita pronta para todas as regiões brasileiras, cabendo cada uma reconhecer e valorizar a importância das diversidades locais e formular políticas de desenvolvimento que possam ser potencializadas em torno de objetivos comuns pautados no contexto histórico de cada local. E, sobretudo, pensar no desenvolvimento mais que seja do modo sustentável, sem agredir o meio ambiente, é o que veremos na próxima seção.

2.2 Desenvolvimento Sustentável

Mediante toda essa discussão sobre desenvolvimento local é imprescindível abordar o tema da sustentabilidade como uma das condições para o desenvolvimento local. Buarque (2002) afirma que o novo paradigma de desenvolvimento passa pelas inovações no campo das ideias e principalmente na consciência das sociedades. Ortega e Mendonça (2007), também ressalta a importante contribuição do desenvolvimento local na área ambiental que obteve espaço mediante pressão política dos movimentos ambientalistas baseado na sustentabilidade frente aos debates nos anos 70, época da crise do petróleo; nesse contexto surgiu o primeiro relatório do clube de Roma, o texto fazia uma crítica ao pensamento de desenvolvimento baseado nos recursos inesgotáveis da natureza, assim como também as instituições internacionais como exemplo o Banco Mundial que “passaram a incluir uma perspectiva multidimensional traduzida especialmente, pela incorporação da noção de capital social em sua concepção de desenvolvimento” (p.97).

Também nesta intenção o autor trata da “Conferência Nacional das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), realizado no Rio de Janeiro, em 1992”, que contribuiu para que os intelectuais interessados em todo o mundo pudessem elaborar e aprovar a Agenda 21 “com os postulados centrais de um modelo de desenvolvimento sustentável e a busca de comprometimento das nações com as gerações futuras” (p.57).

A partir da preocupação de um eixo maior que a agenda 21 Global, coloca que este “é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (BRASIL 2017). O autor também coloca que na esfera nacional a agenda 21

brasileira “é um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país” e um processo de fundamental importância para a formulação de políticas públicas. “Outro grande passo foi a utilização da Agenda 21 Brasileira como subsídio para a Conferência Nacional de Meio Ambiente, Conferência das Cidades e Conferência de Saúde, esse esforço remete a necessidade de incorporar aos municípios e nas regiões do Brasil as políticas públicas” (BRASIL 2017).

Do mesmo modo a Agenda 21 local, segundo o mesmo autor, mostra que é um instrumento de promoção de políticas públicas a fim de envolver a sociedade e os agentes públicos “em um processo amplo de participação de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local” (BRASIL 2017).

Gráfico 1 Desenvolvimento Local Sustentável



Fonte: adaptado do livro construindo o desenvolvimento local sustentável metodologia de planejamento de Sergio C. Buarque (p.28).

Buarque (2002), explica o gráfico 1 da seguinte forma: “o desenvolvimento local sustentável resulta da interação e sinergia entre a *qualidade de vida* -, da população local no que tange a redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a *eficiência econômica*”, que por sua vez relaciona-se com a “agregação de valor na cadeia produtiva -, e a *gestão pública eficiente*”. E, continua dizendo que a interação dessas, aconteceria “pela

governança - transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos, pela *organização da sociedade*, orientando as políticas públicas e investimentos públicos locais” por fim pela *distribuição de ativos sociais* -, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia (p.27).

Sobretudo, ressalta algumas estratégias para promover o desenvolvimento local, são eles: “a organização da sociedade, contribuindo para a *formação do capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinado com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local” (p.27).

Buarque (2002 p. 28) completa ainda dizendo que:

No Brasil, e particularmente no Nordeste, as iniciativas de desenvolvimento local tendem a olhar com desconfiança para a base da economia e, sobretudo, para os órgãos públicos locais, numa desproporcional crítica ao economicismo, o que pode explicar grande parte da baixa efetividade dos programas de combate à pobreza e de desenvolvimento local e rural no país, os quais apresentam reduzidos impactos na construção de uma base produtiva.

Por isso o autor diz que o “desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local se estruturarem e mobilizarem-se, com base nas suas potencialidades e na sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades” (p.30). Sen (2010) demonstra em seu livro que o tema “desenvolvimento pode ser como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (p.16). Contrapondo a isso “a privação da liberdade econômica pode gerar a privação de liberdades social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (p.23). O desemprego por sua vez, “contribui para a “exclusão social” de alguns grupos e acarreta a perda da autonomia, de autoconfiança e de saúde física e psicológica” (p.37). Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se estritamente aos locais que sentem mais necessidade dessa assistência são comunidades rurais que muitas vezes ficam mais longes do centro da cidade, é nelas que moram os principais atores que muitas vezes movimentam a economia da cidade gerando melhor qualidade de vida, seja através dos alimentos vindo do campo ou pela circulação de renda através da comercialização, é o eu veremos na próxima seção.

2.3 Circuitos Curtos de Comercialização

As feiras são fenômenos sociais muito antigos. No Brasil, segundo Model e Denardin (2014), elas tiveram origem no período colonial, com o papel de abastecimento alimentício para os primeiros adensamentos humanos. O autor relata que mesmo com os avanços, as feiras sobrevivem dentro das cidades e em alguns casos são a principal forma de comércio.

Para enciclopédia luso-brasileira (1995), “O papel das feiras tornou-se verdadeiramente importante a partir da chamada revolução comercial, ou seja, do século XI. Daí em diante, seu número foi sempre aumentando até o século XIII” (pg. 502 vol.8).

Model e Denardin, (2014) afirmam que as feiras:

São eventos periódicos, que ocorrem em espaços, no qual homens e mulheres realizam trocas de mercadorias com a finalidade de garantir suas condições materiais de vida. Formam circuitos locais de comercializações, circuitos curtos, e podem propiciar o escoamento da produção agrícola local. Por esse e por outros motivos, podem colaborar com programas e estratégias de desenvolvimento local.

São nesses espaços que as pessoas manifestam relações peculiares de trocas de saberes entre o campo e a cidade, encarecendo o capital cultural, através da experiência vivida caracterizada pelos melhores frutos colhidos da terra. “Outro ponto que diferencia as feiras livres de outras formas de comércio é o fato de que segmentos de menor poder econômico tem a oportunidade de consumo” como, por exemplo, “aposentados, desempregados e outros segmentos sociais de baixos ingressos econômicos”. “Uma vez que a feira proporciona aos feirantes remuneração condizente com os recursos disponíveis, próprios da economia informal”, como exemplo os pequenos estoques (MODEL E DENARDIN *apud* SACCO dos ANJOS et al., 2005).

Por outro lado, Model e Denardin (2014) reiteram que o rural está socialmente reorganizado e que o tradicional e o moderno não estão em situação de oposição, mas sim de componentes de uma ruralidade multidimensional. “Os agricultores que antes organizavam sua vida em torno da igreja, se organiza em torno de associações. A rede de sociabilidade antes comunitária ampliou-se para um universo além da colônia”.

O autor também completa seu pensamento dizendo que “as famílias de pequenos produtores rurais que combinam atividades agrícolas e atividades não agrícolas são

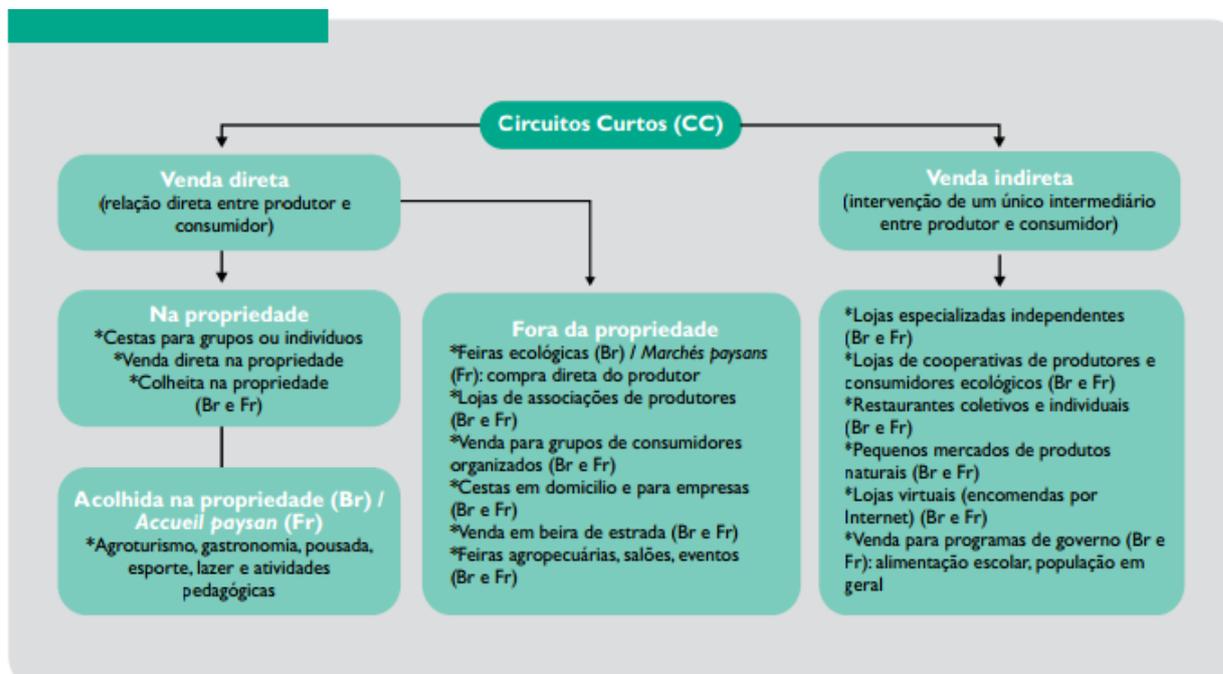
denominadas como pluralistas, já que exercem mais de uma atividade econômica” (p.5). A noção de pluriatividade tem sido usada como recurso pelos pesquisadores para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção (SCHNEIDER; CONTERATO; KOPPER, 2009), ou seja, alguns dos membros da família de agricultores devido às necessidades procuram outros meios sem sair do meio rural para complementar a renda da família.

Dentro da perspectiva a comercialização em circuitos curtos, por sua vez, traz vantagens econômicas, sociais e culturais; desenvolve condições para práticas de reciprocidade através de trocas e favores realizados entre vizinhos; impulsiona a criação de associações e cooperativas pela necessidade de formalização das relações; e promove o desenvolvimento local, a dinâmica social e econômica com uma maior circulação de renda, serviços e produtos (MODEL; DENARDIN, 2014 *apud* LEARDER, 2010).

Os produtos produzidos pelos agricultores familiares passam por um longo caminho até chegar ao consumidor final, pelo qual sofre transformações e valor monetário acrescentado. Hoje existem meios que podem encurtar esse caminho percorrido pelos produtos até seu comércio. Model e Denardin (2014), diz que os circuitos curtos viabilizam a produção e o consumo no mesmo território, beneficiando o local ou região.

No Brasil já existem experiências com esse tipo de comércio, a Revista Agriculturas (2013) trata desse assunto mostrando as experiências vividas pelo Brasil e pela França. No Brasil como mostra a revista em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) em 2012, identificou cerca de 140 feiras ecológicas em 22 das 27 capitais brasileiras. Esse tipo de evento é bem desenvolvido em áreas onde a agricultura familiar é marcadamente presente aonde o produtor lida direto com o consumidor favorecendo o desenvolvimento local.

Figura 1 Tipologia de Circuitos Curtos de Comercialização no Brasil e na França



Fonte: **REVISTA AGRICULTURAS**. Rio de Janeiro: Agriculturas, v. 10, n. 2, jun. 2013. Trimestral.

Segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA (2016), o marketing em “circuitos de proximidade” (circuitos curtos), de alimentos frescos produzidos localmente e de forma sustentável, tornou-se um fator-chave para a competitividade de pequenos agricultores. Os produtores dos alimentos reduzem seus custos e os consumidores têm acesso facilitado a produtos mais saudáveis.

O tema Circuitos Curtos de Comercialização tem ganhado destaque nos últimos tempos pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) com vista à ascensão da agricultura familiar onde acontecem as feiras além de não contarem com atravessadores. Sobretudo é uma ação que estimula a produção saudável dos alimentos para a comunidade além de favorecer os pequenos produtores no mercado. Segundo o mesmo autor o circuito curto de comercialização em seu documento apresenta várias orientações que podem ajudar os órgãos públicos e privados (IICA, 2016).

IICA (2016), também destaca que:

O documento Promoção de circuitos curtos como uma alternativa para a ascensão da agricultura familiar explora novas tendências de consumo e comercialização de produtos alimentares e reflete as experiências de diferentes países em feiras locais e comércio direto. Este boletim é um complemento do livro Perspectivas da Agricultura e Desenvolvimento Rural nas Américas: Um ponto de vista sobre a América Latina e do Caribe 2014 (grifo do autor).

Este documento descreve algumas recomendações como:

- Identificar, conectar e fortalecer a oferta e demanda de alimentos com o objetivo de criar laços entre os produtores e consumidores de territórios vizinhos. Para isso, é necessário desenvolver tecnologias e estabelecer canais de informação que estimulem a interação;
- Implementar programas de melhoramento de qualidade e inocuidade dos alimentos e desenvolver habilidades para gestão, marketing e comercialização;
- Promover mecanismos de comercialização para a agricultura familiar, como as compras públicas para escolas, hospitais e prisões, e a contratação de serviços alimentares que facilitem a participação de produtores locais;
- Desenvolver programas que incentivem a participação das associações de produtores e consumidores em projetos produtivos e comerciais, de modo a aumentar a sustentabilidade das iniciativas.

O instituto também ressalta a importância de não deixar de lado as políticas públicas que incentivam atividades produtivas através de campanhas de conscientização sobre os benefícios do consumo de alimentos frescos, para que as novas gerações adotem um estilo de vida saudável e estratégias que enfatizem a identidade cultural, produtiva e alimentícia dos territórios rurais.

O desafio dos circuitos é manter sempre um retorno das ações para que não se perca a essência, de modo que os produtores e consumidores mantenham um vínculo e se renove a cada ano melhorando o modo de trabalho como vendas pela internet, feiras, e que os produtos orgânicos façam de fato parte da mesa familiar, merenda escolar, como também não se perca de vista o princípio da sustentabilidade destacando o local para interesse de visitantes, compradores e etc.

Ligado aos circuitos curtos está à feira livre no qual são acontecimentos que perpassam épocas, e são utilizadas para o abastecimento de produtos frescos e utilitários de identidade local. Além de ser um espaço de sociabilidade e serem caracterizadas como um circuito curto de comercialização. Sobretudo se o que é vendido, também é produzido no mesmo território.

Nesse sentido as feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar, porém está longe de receber a atenção necessária por parte das políticas públicas e os programas de desenvolvimento rural, quando existentes, são marcados por forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas na atividade (MODEL; DENARDIN, 2014).

Para tanto, é no âmbito municipal que se mais se aproxima o perfil do desenvolvimento local, é nele que se identificam as ações de agricultores familiares e onde percebemos as necessidades de cada comunidade. O fato é que muitos segmentos que movem a economia não têm a devida atenção que merecem e acabam ficando esquecidos, como é o caso da economia gerada pela agricultura familiar, assunto para a próxima seção.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Nessa discussão sobre políticas públicas, é importante conceitua-la, como: diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do estado. São, nesse caso, políticas explícitas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos (PEREIRA E SILVA 2009 p. 2).

Segundo Ortega e Mendonça (2007) no final da década de 1990, o governo inseriu estratégias de desenvolvimento local em suas políticas para territórios rurais deprimidos do país que viabilizou ações dessa natureza. Outro fator que contribuiu muito é o interesse das pessoas estarem envolvidas nas tomadas de decisões e formulações de políticas públicas o que gera um processo de luta pela democracia a partir das experiências locais.

É bem verdade que o reconhecimento da agricultura familiar no cenário acadêmico e nas políticas públicas teve uma expressiva relevância nos anos 90, com base em Schneider et al (2004), o surgimento desta, faz reconhecer que o programa legitima às especificidades de uma nova categoria social, “que até então era designada por termos como produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência” (p.1).

Na última década, a importância da agricultura familiar se mostra também nas políticas públicas, resultado de reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais, especialmente de movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST), Censo dos destaques a Reforma Agrária, o Censo da Reforma Agrária, o Projeto Lumiar, o PROFAF e o Programa 09 sobre (EMBRAPA) que, embora extinto, foi um marco nos anos de 1990, considerando que foi uma das primeiras iniciativas desta empresa de sistematização das ações com este segmento social (SCHMITZ E MOTA 2010 p.27).

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é hoje, mais do que nunca, um espaço constituído por múltiplas atividades agrícola e não agrícola motivo pelo qual agricultura familiar é aqui compreendida numa concepção mais ampla, incluindo, de forma integral, atividades com a organização de agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produto agrícola e não agrícolas, turismo, pesca, artesanato, etc.,

conformando o que hoje se denomina “novo mundo rural” (SCHMITZ E MOTA (2010) *apud* GRAZIANO DA SILVA & DEL GROSSI, 1995, GRAZIANO DA SILVA, 1999 p.27).

Nesse sentido a assistência para as políticas públicas voltadas para os agricultores familiares rurais estão concentradas na maioria delas na Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER). Este é um órgão vinculado à Secretaria de cada Estado e tem como missão promover o desenvolvimento rural utilizando processos educativos que possam assegurar a apropriação do conhecimento e informações pelos produtores rurais e suas organizações. Vale ressaltar que para o estado do Ceará a nomenclatura é EMATERCE e foi fundada em 1954, antes denominada como Associação Nordestina de Crédito e Assistência rural (ACAN). Os municípios de Maranguape, Redenção e Quixadá encabeçaram os trabalhos de campo, mas foi somente em 1976 que o governo do Estado sancionou a lei 10.029 de 06 de julho do mesmo ano que foi criada a então denominada Ematece (EMATERCE, 2009). Sua personalidade jurídica remete a um órgão público Estadual de direito privado sem fins lucrativos, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará-SDA. As políticas públicas implementadas por esse órgão, visam sempre integrar e dar condições as famílias dos agricultores a desenvolver suas atividades dando-lhes suporte técnico e até financeiro. A seguir o quadro1 demonstra algumas das políticas públicas com ênfase na agricultura familiar.

Quadro 1 Algumas Políticas Públicas para Agricultura Familiar.

Programas	Objetivos	Público alvo	Parceiros
Hora de Plantar.	É um programa do governo federal e atende agricultores de base familiar, onde procura fortalecer a produção distribuindo sementes e mudas com elevado potencial genéticas.	Agricultores (as), familiares cadastrados no projeto.	Fundo Estadual de Combate à Pobreza e Tesouro do Estado.
Padronização e Fortalecimento do Setor da Mandioca	Procura modernizar e fortalecer o setor da mandioca no Estado do Ceará de forma que ele seja atraente ao mesmo tempo sustentável e competitivo.	Agricultores e familiares.	EMATECE, APROSEMCE, EMBRAPA, FETRAECE, Associações comunitárias.
Revitalização do Cajucultura.	O intuito é aumentar a produção dos pomares de cajueiros comuns através da tecnologia de substituição de copas e plantas de mudas enxertadas de alto valor genético	Agricultores e familiares.	EMATECE, EMBRAPA, FETRAECE, prefeituras municipais, secretarias municipais de agricultura, sindicatos e etc.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (FNCF).	Possibilitar o acesso à terra a trabalhadores (as) rurais sem terra ou com pouca terra (assalariados, diaristas, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros e etc.).	Trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra, proprietários de minifúndios.	Governo federal Governo Estadual
Projeto São José III.	Contribuir para a universalização do direito à água potável e o esgotamento sanitário, integrando-os com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado territórios rurais do Estado o Ceará.	Agricultores familiares que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas em comunidades rurais,	
Programa de Cisternas.	Beneficiar famílias de baixas com dificuldade de acesso à água, através da construção de cisternas de placas.	Famílias de baixa renda sem água potável ou onde armazená-las, enquadradas nos critérios do programa Bolsa Família.	A SDA (Secretaria do desenvolvimento Agrário) 12 entidades.
Garantia Safra (GS).	Atender os agricultores, familiares que produzem feijão, milho, arroz, mandioca e algodão, produtos esses cultivados no semiárido brasileiro onde o agricultor com renda de até 1,5 (um e meio) salário mínimo.	Agricultores e familiares de agricultores.	Governo Federal, Estado e Município e agricultores.
PAA	É uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e fortalecer a agricultura familiar.	Agricultores e familiares.	MDS, Governo do Estado, municípios e Conab.

Fonte: Elaborado com base nos dados colhidos na EMATERCE de Redenção Ceará.

Segundo Brasil (2016) “o agricultor familiar tem relação particular com seu local de morada”. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor como está disposto na lei 11.329 de 24 de julho de 2016:

Art. 3º para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II- Utilize predominantemente mão-de-obra da família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- Tenha ao próprio estabelecimento originado de atividade econômica vinculada ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Um dos apoiadores da agricultura familiar é o “PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como política pública para o meio rural Conforme Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares” (SCHNEIDER ET AL 2004).

Este autor exprime que o PRONAF foi criado através de decreto em resposta às pressões dos sindicatos rurais, desde então sua finalidade veio se alargando desde fornecer crédito aos pequenos produtores rurais até tornar-se uma política pública do Governo Federal para os agricultores familiares, através de ações para áreas de investimentos, infraestruturas e serviços municipais, bem como capacitação e pesquisa. Para todas as linhas de intervenção do programa, muitas alterações foram feitas desde seu início. Como ressalta Schneider et Al (2004), onde diz que os valores financiados para custeio do investimento, no que tange a taxa de juros que incidem sobre os recursos alocados no programa tem passado por alterações, o que no ano de 1997, ajudou a financiar as safras dos agricultores. Para que o financiamento acontecesse, o agricultor após identificar a necessidade de meios, sejam eles equipamentos, custeio da própria atividade para produzir junto à família, buscar junto aos sindicatos e Ematece fazer todo o procedimento a que tem direito segundo sua renda.

Os resultados desse programa têm contemplado os agricultores familiares que vem ganhando cada vez mais com o aumento dos recursos financeiros e menores taxas de juros em

comparação com o mercado para poder melhorar as atividades “com isso, pode-se afirmar com segurança que o PRONAF se transformou em uma política pública de abrangência nacional” (SCHNEIDER ET AL 2004 p. 18).

Brasil (2015) exprime que com mais políticas públicas chegando ao meio rural, os agricultores e suas famílias conseguem adquirir mais segurança, respeito e autonomia para melhor desempenhar seu papel na conquista por uma segurança alimentar e poder levar comida a mesa de milhares de pessoas do campo e da cidade. E consolida através do Plano Safra da agricultura familiar como meta para 2016 e 2017 novas conquistas com o compromisso de junto ao governo ampliar e garantir a produção de alimentos saudáveis e crédito mais barato principalmente para quem produz alimentos orgânicos e de base agroecológica.

É interessante destacar nesse contexto que a visão estratégica das diversas políticas está associada ao lugar onde a família vive, bem como a disposição da oferta dos produtos que o local e/ou a região propicia, valorizando a dinamização da economia local. Uma das políticas estruturais como geração de renda e incentivo a agricultura familiar, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que é uma política pública nacional que está dentro de uma proposta maior de Política de Segurança Alimentar Nutricional que alcança principalmente os municípios dando oportunidades aos agricultores de gerar renda para os seus, e ainda por cima, garantir um maior consumo dos alimentos cultivados localmente.

Criado em 2003, o programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando o processo de agregação de valor à produção (BRASIL, 2015). O PAA como exprime Ortega e Mendonça (2007, p. 172), funciona com o objetivo de “incentivar a agricultura familiar, por meio da remuneração adequada da produção” no meio rural com vista ao combate à pobreza e ao desenvolvimento local de modo a “recompor um estoque mínimo de produção nas próprias regiões de consumo e distribuir os alimentos para populações em situação de risco alimentar”.

A lei nº 10.696, atualizada pela Lei nº 12.512/2011 “regulamenta o programa e concretizou-se em um novo instrumento que possibilitou ao agricultor familiar optar por vender diretamente ao governo sem necessidade de licitação, a preços próximos aos de

mercado e, em situações específicas, ter acesso a uma antecipação de recursos para o plantio, estimulando a produção de alimentos” (ORTEGA; MENDONÇA, 2007 p.127).

Com isso, os municípios de pequeno e médio porte, principalmente no interior do estado, o governo local se preocupa em dar prioridade às políticas que junto aos atores locais buscam desenvolver melhor o município, todos ganham, seja pela oportunidade de melhorar a renda, seja por dar um salto sobre a vulnerabilidade social que assola a maioria dos lugares, ou por atender um direito humano básico que é alimentação de qualidade e quantidade adequada, ou todos juntos e outros vários não mencionados. Sem dúvidas, o desafio dos gestores comprometidos com o desenvolvimento do seu município deve ter como prioridades e usar isso como estratégia de governo, por que quando ele olha para quem pode contribuir dentro do próprio local está contribuindo para o desenvolvimento do mesmo.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO

A pesquisa constituiu em uma investigação qualitativa. Quanto aos objetivos do estudo realizado foi classificado como descritivo e exploratório de caráter etnográfico. É recorrente o uso da abordagem qualitativa nos estudos que envolvem as políticas públicas. Por sua vez, a pesquisa qualitativa envolve estudo e coleta de dados empíricos como “estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais; históricos; interativos e visuais” que caracterizam a rotina e os problemas existentes nas vidas de cada indivíduo (Denzin e Lincoln 2006 p.17). Para o autor “a pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar” e se propõe a interpretar as práticas de vida. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as fotografias, as gravações e os lembretes (DENZIN E LINCOLN 2006).

Para Zikmund (2000) a classificação descritiva procura descrever situações com detalhes do que está ocorrendo, permitindo identificar as características dos indivíduos, situações e grupos de pessoas, a classificação exploratória caracteriza-se por diagnosticar situações em que esclarece e acaba por gerar mais informações que possa contribuir para mais estudos futuros.

O método etnográfico utilizado Vergara (2010) afirma que é originário do campo da antropologia e consiste na inserção do pesquisador no ambiente de estudo, na rotina do grupo investigado, os dados são coletados no campo em meio as várias observações participantes e uso de entrevistas, que muitas vezes são semiestruturadas. Vergara *apud* Cavedon (2010) amplia esse debate, ao propor o uso de recursos metodológicos e formas alternativas de emprego do método etnográfico na área de administração. Para esta autora esse tipo de método permite dentre outras coisas, identificar os valores do grupo pesquisado e os aspectos de relacionamento entre os participantes que muitas vezes passam despercebidos pelos gestores e organizações. Uma das características desse método é o tempo desempenhado para realização da pesquisa, uma vez que exige contato direto do pesquisador com o grupo investigado. Exige do pesquisador o esforço intenso, sensibilidade para ouvir e perceber os sinais e gestos.

A coleta de dados foi utilizada com base no objetivo do trabalho e conseqüentemente na revisão da literatura, e acesso a documentos que consistiu na análise de manuscritos e materiais datilografados do acervo da câmara municipal e biblioteca pública de Redenção. A investigação se deu por observações, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com alguns feirantes, frequentadores do local como também acompanhamento do cotidiano, além de conversar com pessoas do governo municipal em diferentes gestões. Foram também utilizados recursos áudio visuais com a narrativa de fotos do cotidiano dos feirantes.

Vale ressaltar que o interesse por essa temática se deu a partir dos seminários temático ofertado no começo do meu ingresso no curso de administração pública, daí, e por ser filha de agricultores. Assim, a primeira visita à feira como pesquisadora se deu no dia 26 de janeiro de 2013 a feira livre do município de Redenção Ceará, por ter sido em um sábado não se encontrou muitas pessoas, mas o suficiente para percebermos o quanto a feira é mal organizada, logo na entrada do mercado público nos deparamos com uma fachada muito velha e uma placa de inauguração com o demonstrativo de quanto foi investido no mesmo. E, sobretudo, surpresa pela data de reforma em 2009 e o mercado no corrente ano de 2013 se encontra totalmente sem condições de comercializar alimentos para consumo humano, havia também registrado as parcerias pela qual foi possível haver a reforma.

Dentro do mercado público havia Box ocupados somente como depósitos, ficando fechados enquanto poderia está sendo utilizado para comercialização. O local é descoberto, os esgotos entupidos, as carnes são colocadas em cima de papelões e mesas de madeira sujas. Quanto à feira do peixe assim denominada observou-se que não funcionava mais dentro do terreno baldio. No dia 03 de fevereiro de 2013, mais uma visita à feira livre e ao mercado público desta vez ao domingo, foi muito proveitosa, pois, estava bastante movimentada, cheia de barracas de roupas, legumes, verdura, carnes, utensílios de cozinha (panelas), venda de animais (galinhas vivas), temperos caseiros e peixes e etc.

Algumas mercadorias são vendidas nas calçadas mesmo. No mercado público as carnes são comercializadas sem conservação adequada. O local não dispõe de uma boa higiene como também não há uma organização das barracas, de modo que os clientes tenham um espaço melhor para se movimentar dentro do mercado conhecidos por todos por “barracão”. Fora dali os peixes estavam sendo vendidos na calçada ao ar livre próximo aonde era vendido antes em um terreno baldio com um cheiro muito ruim de dejetos fecais.

A partir dessas observações em tempos distintos, Buarque (2002) propõe fazer consultas aos Atores Sociais, Agentes Públicos, Instituições e a Especialistas separadamente. Desta feita, a consulta se deu pelos atores que constitui a sociedade neste caso os agricultores/feirantes, em uma significativa discussão no auditório do ABC (secretaria de Ação Social) de Redenção no dia 06 de março de 2013. Lá os feirantes expuseram suas realidades e definiram prioridades. Bem como foram elencados vários problemas e também potencialidades. Neste grupo focal foi falado da possível nova localização da feira livre, criação de associação dos feirantes e organização da feira na rua, desta feita, foi registrada a participação de muitos feirantes de todos os segmentos, no qual representavam a comercialização da carne, confecção, lanches e verduras. E todos responderam que ansiavam por mudanças urgentes. E todos demonstravam insatisfação pelo seu setor de venda e tornou quase impossível de ouvi-los. Comprometeram-se de realizar outra reunião, mas agora por segmentos comercializados. O que não aconteceu posteriormente.

A penúltima rodada de entrevista com os agricultores/feirantes foi em 01 de fevereiro de 2017, quando se reuniram todos novamente, na ocasião na câmara dos vereadores do município, para expor às dificuldades e saber quais estratégias a nova gestão tinha planejado. A última foi ouvida 14 agricultores/feirantes, de 08 a 28 de maio de 2017, onde foram expressas com riqueza de detalhes sua vivência, bem como suas dificuldades.

Foi utilizado para articular a participação dos Agentes dos Órgãos Públicos, perguntas semiestruturadas e devidamente transcritas, dessa forma, contou com a contribuição dos dados colhidos no dia 06 de março de 2013 na Secretaria de Agricultura do município de Redenção, segundo o secretário de agricultora na época, o projeto de melhoria da feira era baseado na escolha dos feirantes, fruto de uma gestão participativa onde escutar a todos fazia parte das estratégias. Como também fazia parte, encontrar uma nova localização para a feira livre e auxiliar os feirantes na criação de uma associação e etc. No fim desta gestão voltou-se a referida secretaria sob a direção de outro secretário e pode-se perceber em entrevista semiestruturada com servidos da referida secretaria para saber de se as ações havia se concretizado. No dia 01 de fevereiro de 2017 em uma nova gestão, foi feito uma entrevista semiestruturada a Secretaria de Infraestrutura para saber a situação e saber se já teria um planejamento para feira livre e como estava a gestão da mesma até aquele momento.

Dos Agentes Especializados no qual Buarque (2002) sugere, foram colhidas informações da secretaria de Vigilância Sanitária bem como as ações que esta desenvolve

através de seu trabalho na feira livre. Outro agente que fez parte do rol de coletas em 13 de dezembro de 2016 foi a Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), nessa oportunidade, procurou buscar dados que venham comprovar a participação dos agricultores no desenvolvimento local por meio de sua produção e comércio, como também as políticas públicas que contemplam ou possam vir a contemplar esses atores, sobretudo o papel que as políticas públicas ocupam no município e como elas alcançam os agricultores.

Análise dos dados foi obtida a partir de observações simples e participante, logo após foram selecionados os sujeitos por meio de entrevistas, fotografias e etc., e registrados em diário de campo após codificar os dados foi feita comparação de todos os atores envolvidos pela separação que Buarque (2002) sugeriu, por último foram analisados os dados a partir do método etnográfico de análise que Vergara (2010) sugere. Assim foi resgatado o problema que suscitou a investigação, confrontado os resultados obtidos com base na literatura escolhida e por fim formulou-se a conclusão.

4.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FEIRA LIVRE DE REDENÇÃO CEARÁ.

Em Redenção-CE, segundo senso do IBGE 2010 calculava-se cerca de, 26.415 habitantes e em 2015 estimava-se, 27.272 habitantes, sua área territorial fica em torno de 314,930 KM². Demograficamente, a população urbana, segundo o IBGE, reside em uma de área 57,29% e a população rural em uma área de 43,71% respectivamente. A feira livre é marcadamente um feito histórico, a economia da cidade era baseada na produção de cana-de-açúcar, onde a mesma era produzida nas fazendas da redondeza e tinha como mão-de-obra os escravos. Outra via de cultivo local estava relacionada à agricultura, o cultivo do café na localidade de Gurgurí. Outro destaque deve-se dá as casas de farinha situadas na localidade de Guassí, o artesanato desenvolvido na região conta com a criatividade das bordadeiras e vários outros artigos.

Esses fatores trazidos pela sua história revelam traços do grande potencial que tem como registro na Lei nº29 criada no dia 18 de junho de 1949, que dá origem a feira livre de Redenção e Acarape que antes eram tratadas unicamente na gestão do Prefeito Alberto Mendonça de Souza, conforme artigo abaixo:

Art. 1º- Fica criada a feira livre de Redenção e Acarape, funcionando a primeira em Redenção como vinha sendo aos Domingos e a segunda funcionando aos Sabados (sic) em Acarape, com a denominação de Feira de S.João. (1949).

Em matéria de 1983, de um jornal local de Redenção chamado “O Libertador” a feira livre foi mencionada como papel importante de mudança da Cidade após a libertação dos escravos.

“A cidade de Redenção nasceu às margens do rio Pacoti, facilitava agricultura, começaram a trabalhar e assim surgiram os sítios canaviais e engenhos. Hoje Redenção é um vale de verdes: canaviais, fruteiras, contando com engenhos que fabricam aguardentes. O tempo foi passando, a agricultura foi sendo cada vez mais exploradas, as produções sempre aumentadas, foi aparecendo a feira onde o povo vendia os produtos. Hoje em Redenção temos uma feira bastante movimentada, onde toda a sua população se abastece de frutas, legumes e cereais, rapaduras, tecidos, calçados e objetos de barra, etc.” (1983).

A lei Orgânica municipal, no seu artigo 160, se compromete em incentivar o turismo como uma forma social e econômica e aproveitar de modo especial às atividades artesanais de modo que elas sejam comercializadas no próprio município. A política agrícola tratada também na lei orgânica, o município se compromete em participar do setor de produção, produtores, com os trabalhadores rurais, no comércio, como também dar assistência técnica.

Já no art. 196,

A assistência técnica e extensão rural, preconizada pelo art.187, inciso IV, da CF., terão como objetivos:

- I. Capacitação do produtor rural e sua família, visando o aumento da renda e melhoria de sua qualidade de vida;
- II. Transferência de tecnologia agrícola, de administração rural e de conhecimento nos casos de saúde, alimentação e habitação;
- III. Orientação dos produtos quanto a organização rural, e uso racional dos recursos naturais;
- IV. Informação de medidas de caráter econômico e social, e de políticas agrícolas.

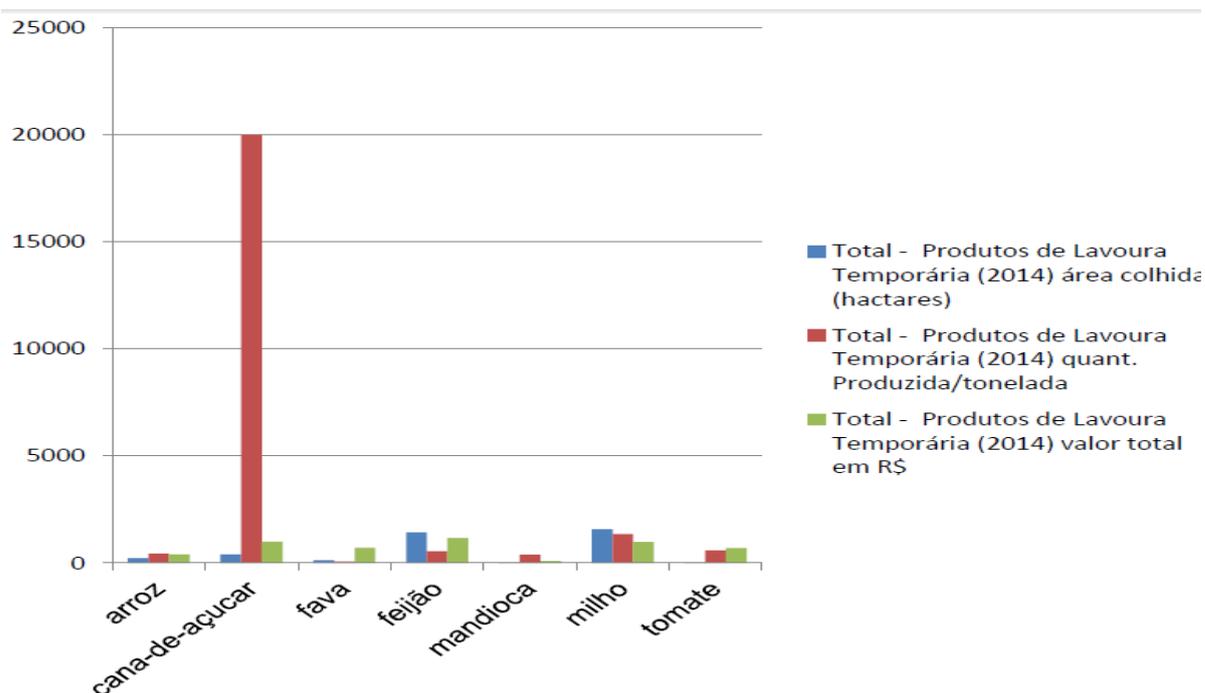
O artigo 202 da referida lei, trata da criação de um conselho municipal de agricultura, esse órgão deverá ser público, e deliberar assuntos pertinentes ao meio agrário e ter como representantes o poder público, sindicatos rurais e representantes civis, e na forma da lei atribui as competências e atribuições, nos referentes parágrafos:

§1º. O Conselho Municipal de Agricultura desenvolverá atividades de forma harmônica e coordenada, com o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§2º. Para fins de implantação de sua política agrícola, o Poder Público Municipal deverá constituir um Fundo Municipal de Agricultura.

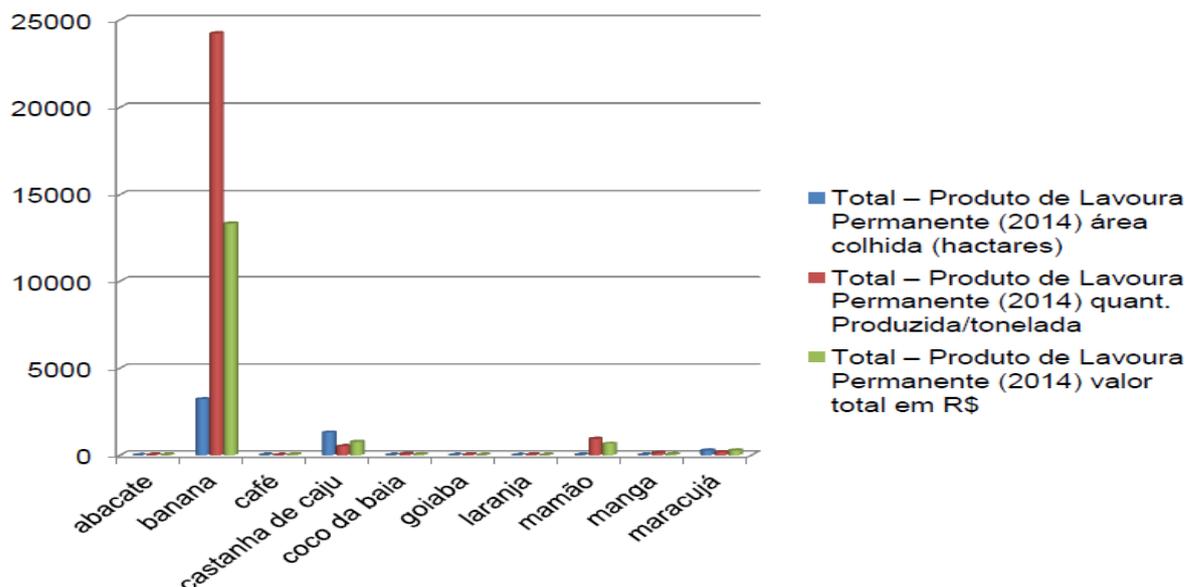
Além disso, segundo Instituto de Geografia e Estatística, IBGE (2014), o município de Redenção dá conta da grande diversidade de produtos cultivados na terra onde os mesmos poderiam ser administrados de forma mais eficiente, como também os grandes atrativos de suas serras, como: clima agradável, pontos turísticos e o artesanato que fortaleceria ainda mais a economia local.

Com base nisso, as tabelas abaixo demonstram com clareza os dados coletados pelo senso de do IBGE 2014.

Gráfico 2 Lavoura Cultivada Temporariamente na Região.

Fonte: Dados produzidos pela autora, com base nas informações divulgadas IBGE (2014).

O gráfico 2 mostra que a produção que se mais destaca no município de Redenção, dentre os vários produtos, pode-se inferir que a cana-de-açúcar lidera em área plantada e valor vendido, seguido pelo milho que tem uma boa produtividade, colheita e valor vendido, o feijão também tem uma boa área colhida e ajuda muito a economia pelo seu valor comercializado. Os outros produtos apesar de não ter valores tão expressivos mas, tem sua parcela de contribuição.

Gráfico 3 Lavoura de Cultivo Permanente na Região

Fonte: Dados produzidos pela autora, com base nas informações divulgadas IBGE (2014).

O gráfico 3 de lavoura permanente destaca que a banana ainda é o produto mais bem cultivado na região, seguida pela produção do mamão em quantidade produzida. Os outros produtos demonstrados em escala decrescente também sua significância para economia do município. Em 2014 o produto Interno Bruto (PIB) per capita de era de R\$ 8.787,0; em comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 51 de 184.

Pontudo, a produção da agricultura no local seguindo Brasil (2010) conta que ainda com utilização de tecnologias bem rudimentares para a produção da economia de subsistência, o que resulta em resultados bem abaixo do esperado. Assim, a sobra do consumo é comercializada.

5 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Nesta sessão, os resultados foram analisados com base no rol de dados colhidos em diferentes momentos sob a ótica do contexto local da feira livre do município de Redenção. Os dados secundários deram suporte aos resultados colhidos, que por sua vez foram

transcritos de modo a dar sustentabilidade e ilustrar vários dos argumentos que complementam os resultados deste trabalho. Este pretende responder a seguinte pergunta: Como a feira livre do Município de Redenção Ceará tem contribuído para o desenvolvimento local?

Em um estudo etnográfico do local pode-se perceber a falta de visão proativa para o desenvolvimento local por meio sua principal economia. A feira livre é de responsabilidade do poder público municipal, cabendo a ela as reformas feitas que, diga-se de passagem, não respondeu as expectativas dos feirantes nem tão pouco dos consumidores. Nela são comercializados frutas, legumes, carnes, grãos, confecções, utensílios artesanais e etc. Um local simples, mas com muita História.

A feira livre funciona diariamente, porém aos domingos é marcada historicamente como a principal movimentação popular, quando são fechadas as ruas: Capitão Felix Nogueira, Avenida Éilson Barros de Oliveira e Juvenal de Carvalho. Muitos dos feirantes que se utilizavam do mercado público aos domingos devido às condições do mesmo vendem seus produtos fora do mercado, local este mais conhecido como “barracão”. Pessoas de todas as localidades do município visitam fielmente a feira livre semanalmente, como moradores dos distritos; das vinte oitos (28) localidades serranas, além das cidades vizinhas como: Guaíba, Barreira, Acarape e Baturité.

A minha filha só dentro do barracão tenho 30 anos e lá fora uns 20, sempre trabalhei com frutas e legumes, aí quer dizer que tem mais de 50 anos. Foi assim... Pelo meu pai né! Que fazia rapadura e vendia na feira, eu já tô (sic) mais idosa trabalhava no campo vim morar no centro para poder colocar os filhos para estudar.

É grande a satisfação expressa nas palavras e nos olhares dos entrevistados, como mostra outra senhora, também com muita experiência na feira livre:

Minha vida é meu trabalho, por onde eu comecei eu quero sair! Eu gosto mesmo minha filha! Meu filho já pediu pra mim (sic) deixar de trabalhar mais eu gosto mesmo, faço tudo na minha casa e chego aqui as 06h00min horas na semana e aos domingos as 05h00min as 05h30min da manhã e vou embora ao meio dia.

Mas, entre tanto amor pelo que fazem, existem também as limitações, todos os agricultores/feirantes anseiam por melhores condições de trabalho no espaço da feira livre, muitos dos entrevistados falaram que a feira livre era mais bonita e o mercado público depois da reforma em 2009 não atendeu as expectativas, pois a gestão optou por retirar toda acoberta que os abrigava da chuva e do sol, “*com relação àquela coberta, aquilo ali nunca era para ter sido descoberta*”. Mas as reclamações não param somente na estrutura do mercado, mas também na falta de limpeza e organização de todo o espaço, como exclama um senhor que comercializa carnes no mercado:

Já ouvi falar até agora de verdura e roupa, um negócio que acontece ali no mercado, é mesa quebrada, esculhambada (sic) vocês te que olhar de qualquer maneira, não pode continuar, o freguês quer limpeza.

Para ilustrar os dados, a figura a seguir mostra a fachada do mercado público, uma fachada antiga e deteriorada pelo tempo.

Figura 3 Fachada do Mercado Público



Fonte: foto capturada do Google maps.

Já outra senhora completa:

Se houvesse uma reforma; trazer esse pessoal lá do meu da rua e colocasse todos que dentro porque tem espaço, muitos quatinhos desocupado (sic), eu acho que aí melhorar para todos, porque veja! Eu vendo feijão aqui dentro, mas bem ali na porta tem feijão também, o pessoal passa lá, compra e vai “simbora” (sic) se não for os meus clientes que já é acostumado e vem comprar aqui. Então, se fosse tudo em um lugar só; por segmento, só verdura, todos iam para aquele lugar, se tivesse animação, chamava mais atenção de quem gosta vir para aquele ambiente e comprar as coisas!

A seguir as figuras mostram como é o mercado público hoje internamente. Como se percebe os Box na maioria encontra-se fechados durante a semana e, em dias de sol acaba ficando muito quente, por outro lado em dias de chuvas o consumidor tem vários prejuízos, tanto pela falta de abrigo e também porque molha tudo até as mercadorias.

Figura 4 Mercado Público Descoberto



Fonte: Acervo da autora (Maio de2017)

Figura 5 Dias de Chuva no Mercado.



Fonte: Acervo da autora (maio de 2017).

Os elementos que contribuem para esse tipo de insatisfação é a falta de infraestrutura e higiene. Deve-se levar em consideração que a cidade ainda não foi contemplada com implantação do saneamento básico. Esta é uma imagem da feira livre aos domingos.

Figura 6 Feira do Município de Redenção



Fonte: acervo do autor (março de 2013).

Pode-se constar pelos entrevistados que em uma gestão antes desta pesquisa começar foram entregues kits para os agricultores/feirantes, contudo, foi identificado que restam poucos equipamentos doados e os que restam estão totalmente sem condição de uso.

Entretanto, são nesses equipamentos que muitos ainda expõem seus produtos uma parte vindos do próprio cultivo e outra parte da CEASA (Centrais de Abastecimento do Ceará), como expõe o agricultor da zona rural do município:

Figura 7 Barracas da Feira Livre



Fonte: acervo da autora

Com base em relatos mais recentes e a fim de confrontá-los, pode-se constatar que em fevereiro deste ano (2017), foi possível analisar que a maioria dos atores entrevistados são agricultores, possuem casa própria e não sabem ler e escrever. Mediante aos vários desafios enfrentados, eles colocam sua esperança na agricultura e retiram de lá o seu sustento através do que cultivam na roça e o que sobra, são vendidos na feira livre. A maioria confidenciou que a agricultura familiar é muito significativa. Como mostra relatos separados abaixo, ao perguntar o que a agricultura familiar propicia: Para uns a resposta é bem simples como: *“O alimento! E vendo para remediar as necessidades”*. Outro diz: *“o arroz; o milho que dá pra (sic) tudo! Moro em sítio e também tiro tarefa para os donos do sítio para poder complementar a renda e ajudar a família”*. Mas para muitos deles, resposta veio repleta de sentimento e gratidão como conta a senhora entrevistada lá no início das observações, que ao voltar a feira fez questão de responder aos questionários mais uma vez.

Para mim, agricultura ajudou muito e ainda ajuda! Porque minha família, meus filhos todos foram criados da agricultura [...] então, ainda hoje tem filho ligado à agricultura, e não teve o tempo de estudar, o tempo foi pouco!

Com base nos dados dos agricultores sobre os produtos cultivados estão: arroz; feijão; milho; fava; macaxeira; banana; inhame; verduras; batata-doce; quiabo; jerimum; manga; jaca e etc. Entretanto, muitos outros produtos vêm da CEASA, são eles: tomate; cebola; batatinha; abacaxi; goiaba; maracujá; melão; mamão; pimentão; cenoura; chuchu; melancia; laranja; limão; maçã; uva e etc.

Para ilustrar uma narrativa sobre a realidade vivida pela maioria dos companheiros, ao perguntar sobre se cultivavam os produtos a serem vendidos ou compravam para então revenderem uma senhora disse que:

Os dois! Cultivo e compro! Eu trago também da agricultura né as coisas que produzo, e compro outras. “Não tem terra pra (sic) plantar”. Porque se tivesse terra, todos nós produziríamos [...] nós não tem (sic) terra nem o incentivo, nem ajuda de empréstimo, não tem ajuda para nós produzir e explorar a terra [...] “nós não tem ajuda de nada”! [...] nosso incentivo para agricultura é zero, a única coisa que oferecem a nós é o PRONAF [...] e dá muito trabalho! [...] não tem ninguém que nos dê a mão, nem terreno nem irrigação. Nós agricultores somos abandonados pelas

autoridades [...] e eles não sabem que eles só comem porque tem o agricultor pra (sic) plantar, se não, até eles têm passado fome.

É inegável a importância das políticas públicas, mas é imprescindível a mobilização dos atores na articulação de estratégias para a reorganização da economia local, pois é com esse subsídio que melhoraria os recursos próprios no local e conseqüentemente permitiria emergir dentre os demais como conta um agricultor que almeja melhoras.

Se os feirantes se organizassem sem depender da prefeitura seria muito bom, muitos dos feirantes não foram para o cadastramento porque não acreditam mais, afinal tudo é da gente! [...] era para ter uma pessoa que organizasse uma “presidente”, ah se viesse um projeto de bancas para nós da feira! Era bom demais! Você não sabe que nós sofremos ali na feira, em uma chuva grande, mesmo que a gente compre aquele plástico; um metro de plástico só dá para dois meses e custam nove reais e serve para cobrir as coisas e fazer a cobertura [...] o gasto é muito grande que a gente tem, uma caixa de transportar verduras é dois e cinquenta, tanto faz vir cheia ou meio cheia, imagine trazendo quarenta caixas, não tem lucro não! Se tivesse irrigação era nossa maior riqueza aqui! Mas os próprios proprietários não ajudam. Nas reuniões que a prefeitura faz a gente fica “morto” de satisfeito, mas é só para enganar a gente! vêm essas pessoas de Baturité e toma de conta, do mesmo jeito os feirantes que vem da Barreira, querem mandar! Não deixam lugar para as pessoas passar, nas outras cidades se você chegar, você paga uma taxa; aqui é tudo desorganizado!

A desorganização afeta a todos, principalmente porque causa conflitos com outros feirantes que vem de outros municípios e colocam seus produtos para vender de qualquer forma, no chão, em cima de caixas, e o mais agravante, trazem produtos de má qualidade e a preços mais baixos.

Muitos dos entrevistados falaram que seria muito bom ter uma associação de feirantes, mas, infelizmente ainda não se concretizou. Outros pensam que uma cooperativa seria muito boa para eles, como comenta uma senhora quando indagada se havia associação ou uma cooperativa:

Se nós tivéssemos o incentivo de alguém, de melhorar, um lugar para trabalhar! Todo mundo em lugar só, se tivesse uma cooperativa com transporte para trazer as mercadorias da gente [...], mas para isso precisa de uma pessoa de fibra! De capacidade e entenda da coisa! Qualquer um não resolve isso não! Cooperativa é muito boa, ela ajeita lugar de trabalho, conserta o mercado sem depender de político que só promete em quatro em quatro ano e não faz nada.

Com base nos dados colhidos por parte dos agricultores/feirantes é possível inferir que existe muitos problemas de infraestrutura, limpeza e iniciativa dos próprios agentes sociais de se mobilizarem para não ficarem esperando as iniciativas por parte dos poder público.

5.2 Dados colhidos com Agentes Públicos

Fez parte das entrevistas a Secretaria de Vigilância Sanitária na pessoa do coordenador, ao questioná-lo sobre suas ações para com a feira livre, o mesmo respondeu que sua equipe intervém quando recebe denúncias com relação ao estado das barracas, higiene, mau cheiro e produtos adulterados no entorno da feira, mais precisamente nos mercadinhos. Para isso, era feita inspeção a cada um ano na feira livre e no ano de 2010 foi elaborado um relatório com as problemáticas encontradas como estado da estrutura física e o destino do lixo gerado na feira. Em 2012 não havia ocorrido nenhuma mudança em resposta ao relatório.

Com base no diário de campo foi possível conversar também com Secretário de Agricultura nomeado no exercício vigente em 2013 e falava na organização da feira:

O projeto de melhoria da feira no primeiro momento como pode ser notado é baseado na escolha dos feirantes [...]. Nosso principal foco é: a organização da feira; limpeza da feira e a questão de aparência física da feira. Onde se possa criar um espaço onde as famílias possam se encontrar para se alimentar e participar mais da feira. Hoje está tudo bagunçado! [...]. As ideias hoje são de futuramente ofertar cursos voltados para os feirantes para que eles possam saber mais sobre empreendedorismo e conhecimento sobre maneiras de como vender seus produtos e sua imagem, junto com SEBRAE [...]. Essa mudança da feira está prevista para começar a parecer no mês de maio deste ano.

Segundo o secretário, a intenção também era de incentivar a criação de uma associação, mas constatou-se na observação participante que os feirantes não sabiam muito bem do que se tratava e como funcionava, a ideia lançada era que futuramente houvesse oferta de cursos de empreendedorismo e as maneiras de como vender melhor seus produtos. Nesse momento muitos olhares desconfiados e ao mesmo tempo na defensiva para com a proposta de mudança.

Com base em tudo que foi falado pelo Secretário de Agricultura, nada foi feito até o fim da gestão, ou seja, dezembro de 2016, no que se trata em agendamento de uma nova reunião por segmentos da feira, cadastramento dos agricultores/feirantes, reforma do mercado público e criação de associação, taxas por colocarem barracas na feira e etc. Isso pode ser constatado ao voltar a Secretaria de Agricultura no fim da gestão e falar com um servidor do setor e funcionário público a mais de 25 anos prestes a se aposentar e confirmou que a gestão não se preocupou em cuidar das questões da feira, mesmo afirmando que esta era de responsabilidade do município.

No início de 2017, ocasião de uma nova gestão, mais precisamente em fevereiro reuniram-se na câmara dos vereadores do município a secretaria de infraestrutura e agricultura e os feirantes a fim de programar ações voltadas para a resolução dos problemas através de estratégias elaboradas como se refere o secretário de infraestrutura repassou algumas informações que se tratava da retirada das barracas do meio da rua e guardá-las em um local fechado após cada feira, diminuindo a poluição visual e desobstruindo o trânsito. Também se comprometeu a realizar o cadastramento com data marcada para o dia doze (12) de fevereiro deste ano, seguido de mais outros dois domingos. Esse processo seria executado por três servidores, para isso era preciso que os feirantes tivessem portando registro de Identificação, CPF (Cadastro de Pessoa Física) e comprovante de residência.

Entretanto até o fim do primeiro semestre não se obteve muitos resultados das estratégias traçadas, pois o cadastramento que contribuiria para conhecer quem são os atores que fazem parte da feira livre dentre outras informações ainda não pode ser concluído, a determinação estabelecida de retirar as barracas do meio da rua após término da feira não foi obedecida por completo, também outras reuniões por segmento não foi marcada até o termino da coleta de dados.

Portanto, as ações de cada gestão são bem parecidas no tocante a descontinuidades das estratégias estabelecidas, deixando os feirantes na expectativa de melhoria.

5.3 Dados colhidos pelos Agentes Especializados

Participou deste trabalho como Agentes Especializados a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará a (EMATERCE) que tem por missão o desenvolvimento

sustentável da agropecuária do Estado do Ceará e utiliza processos educativos para o conhecimento dos agricultores e suas organizações, de modo a assegurar a geração de emprego e renda no meio rural. Das várias políticas públicas direcionadas aos agricultores rurais a Ematerce tem contribuído para região com programas disponibilizados em parceria com o Governo do Estado e Governo Federal.

Dentre as políticas públicas ofertadas para os agricultores rurais, as que mais se aplica aos atores dessa pesquisa foram: o programa Hora de Plantar e o Garantia safra, a primeira, procura atender os agricultores de base familiar fortalecendo a produção e distribuindo sementes com elevado potencial genéticas para que os agricultores possam colher boas sementes e conseqüentemente melhorar a renda familiar. A segunda tem como objetivo atender os agricultores familiares que produzem feijão, milho, arroz, mandioca e algodão, produtos esses cultivados no semiárido brasileiro onde o agricultor com renda de até 1,5 salários mínimo por mês, receberá um valor igual para todos pagos em quatro parcelas em caso de seca ou enchentes, ambas que tenham causado perda de pelo menos 50% da produção.

Quadro 2 produtos distribuídos pela EMATERCE

PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS (REDENÇÃO-CEARÁ)			
	SEMENTES RECEBIDAS	DISTRIBUIDAS	PRODUTORES BENEFICIADOS (Nº)
FEIJÃO VIGNA	1.200 KG	1.1900 KG	117
MILHO HÍBRIDO	1.000 KG	1.000 KG	56
MILHO VARIEDADE	900 KG	900 KG	86
TOTAL	3.100 KG	3.090 KG	259

Fonte: Dados disponibilizados pela Ematerce de Redenção Ceará.

Os produtos disponibilizados para os agricultores do município de Redenção contabilizaram no ano de 2016, 3.090 quilogramas de feijão e milho ao um total de 259 agricultores residentes no município.

Quanto à distribuição de sementes e mudas o município de Redenção recebe ao todo 15.016 mudas e 34 agricultores são beneficiados.

Quadro 3 Distribuição de sementes e mudas de caju.

PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS DE CAJU			
MUNICÍPIOS	MUDAS RECEBIDAS	MUDAS DISTRIBUIDAS	BENEFICIÁRIOS
REDENÇÃO	15.016	15.016	34
BARREIRA	12.520	12.520	37
ACARAPE	3.624	3.624	12
TOTAL	31.160	31.160	83

Fonte: Dados disponibilizados pela Ematerce de Redenção Ceará.

Dentre os três municípios contemplados pelo programa o município de Redenção no ano de 2016 obteve uma quantidade de mudas recebidas, mas não foi o maior em beneficiados. A figura abaixo é uma síntese dos dados coletados pelos atores pesquisados.

Figura 8 Síntese dos Resultados Colhidos

1º Reunião	RESULTADOS	2º Reunião	RESULTADOS
Feirantes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de associação, ✓ fiscalização ✓ coberta do mercado ✓ banca quebrada ✓ Box fechados ✓ Mal cheiro e etc. 	Feirantes	<ul style="list-style-type: none"> ✓ fiscalização ✓ cobertura do mercado ✓ banca quebrada ✓ Box fechados ✓ Mal cheiro ✓ Custeiam compra de equipamento e concerto ✓ Falta atrações artísticas ✓ Organização ✓ Cooperativa ✓ Taxas ✓ Fardamento ✓ Limpeza
Sec. Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> ✓ gestão participativa, ✓ Organização da feira, ✓ Limpeza ✓ aparência física ✓ criar um espaço onde as famílias... ✓ ofertar cursos sobre empreendedorismo junto com SEBRAI, ✓ mudança prevista para Maio deste ano, 	Secretário de Infra/Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Retirada das barracas ✓ Cadastramento ✓ Recurso financeiro ✓ Enumera e padronização ✓ Organização da feira, ✓ Limpeza ✓ aparência física
Coord. da Vigilância Sanitária	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inspeção a cada um ano na feira; ✓ 2010- relatório com diagnóstico: problema em com a estrutura física, lixo ✓ 2012- não teve resultado. 	Presidente da EMATECE	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 08 políticas públicas ✓ Garantia safra e Hora de plantar ✓ 259 agricultores são benef. com sementes de feijão e milho ✓ 34 pessoas são benef. com semente e mudas de caju

Fonte: Dados produzidos pela autora, com base nas informações coletadas.

Diante dos dados colhidos, constata-se que o município de Redenção tem sua economia no cultivo da banana e cultivo temporário ainda é a cana-de-açúcar, e o meio de escoamento dos produtos ainda conta com a feira livre, um fato histórico que resiste ao tempo e a modernização, caracterizada pelos grandes supermercados instalados pela cidade.

Entretanto, mediante essa discussão não foram percebidas ações voltada para a melhoria da feira livre e fortalecimento do desenvolvimento local a partir do aperfeiçoamento e fomento da agricultura no que diz respeito a produção, beneficiamento e escoamento da produção. Sobretudo, leva-se a inferir que mediante os dados obtidos pelos entrevistados que não é um dos principais interesses desenvolver o município através da sua matriz cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa constituiu em analisar o desenvolvimento local do Município de Redenção CE., sob a perspectiva da feira livre. Foi possível identificar os atores envolvidos no contexto de uma cidade no interior, onde muitos se utilizam do espaço de feira para garantir suas condições de sobrevivência, diga-se de passagem, ainda bem rudimentar, mas que ainda proporcionam o escoamento da produção agrícola local, como também os impactos positivos e negativos para o desenvolvimento da mesma.

Ficou claro que o desenvolvimento local depende de capacidade dos atores e da sociedade local se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e matriz cultural. Dentre os impactos positivos, apesar das limitações, ainda corresponde uma parte significativa da movimentação da economia e geração de renda para os agricultores do município e etc. Entretanto, os impactos negativos vão desde a poluição visual, a desorganização física da feira à gestão municipal cumprir seu papel. E, diante desse maior entrave, todos aqueles que comercializam na feira precisam reagir e se organizarem. Porém, hoje só existe o desejo de se unir em associação ou cooperativa, nada a mais foi identificada. O que compete ao município através das secretarias de agricultura, meio ambiente e vigilância sanitária não demonstrou para com os feirantes e nem pela feira livre ações palpáveis, levando em consideração ao tempo em que a feira livre é observada.

Esta pesquisa, apesar do tempo de observação em campo, não obteve dados numéricos e respostas palpáveis a qual se propôs, devido à falta de cadastramento dos atores envolvidos na feira livre por parte da gestão pública municipal, o que facilitaria encontrá-lo em outro ambiente que não fosse seu local de trabalho, local esse bastante movimentado onde cada venda feita conta bastante.

Diante dos resultados é preciso avançar, não se pode deixar morrer o vínculo de relações particulares manifestadas por trocas de experiências entre o campo e a cidade, enriquecendo o capital cultural, comprovado pelos melhores produtos colhidos na terra reconhecidos desde muito cedo pela fertilidade de seus campos. Sobretudo, é preciso estabelecer metas e estratégias voltadas para o desenvolvimento local. Nesse sentido, os feirantes podem se utilizar das vantagens reservada aos agricultores e se organizarem formalmente. A universidade poderia se envolver mais nessas questões de desenvolvimento

local, para isso foi pensado a proposta de “integrar para desenvolver” os professores poderiam envolver mais a comunidade através de projetos ousados e usar os discentes de administração pública, agronomia para ter contato direto com o público que iram enfrentar quando formados.

Por fim, este trabalho contribuiu para iniciar aos debates sobre as ações de desenvolvimento local no município, e poder corroborar para novas investigações abrangendo uma amostra maior de todo município, e quem sabe futuramente compreender todo o maciço de Baturité dentro da perspectiva proposto pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS) do Maciço de Baturité do qual conta com a participação da sociedade civil e outros agentes organizados localmente, a fim de viabilizar recursos, seja financeiros, humanos e materiais na formulação de programas, ações e projetos de alcance da gestão social para o desenvolvimento local.

7 REFERÊNCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, Claudiana Aparecida Leal de. **Desenvolvimento Local: uma Leitura das Associações Rurais**. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 17, 2012, Niterói, Rj. Montes Claros, Mg: PPGSD-UFF, 2012. p. 1 - 17.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço do Baturité**. Ceará: Brasil, 2010. 302 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio132.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2016.

BRASIL, Secretaria de Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura Familiar**. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que--agricultura-familiar>. Acesso em: 13 fev. 2017.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 06 jan. 2017.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Sumário Executivo)** 2011. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/sumario_executivo_pndr>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Decreto nº 3.508, de 14 de janeiro de 2000. **Presidência da República Subchefia Para Assuntos Jurídicos**.

BRASIL. **Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário- SAF/MDA**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 2006. **Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 13 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6047, de 22 de fevereiro de 2007. **Institui A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e da Outras Providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm>. Acesso em: 18 jul. 2016.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Programa de sementes e mudas fortalece agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/programa-de-sementes-e-mudas-fortalece-agricultura-familiar>>. Acesso em: 05 mar. 2017

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.177 p.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S.; COLABORADORES. **O Planejamento da Pesquisa qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2006. Cap. 1. p. 15-41. Reimpressão 2010.

DUARTE, Rosália. PESQUISA QUALITATIVA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO. **Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 115, p.139-154, mar. 2002.

EMATECE. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará. **Histórico**. 2009. Disponível em: <<http://www.ematerce.ce.gov.br/index.php/empresa/histo>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

FERNANDES NETO, Silvana et al. ESTUDO AMBIENTAL EM UMA FEIRA - LIVRE - CAMPINA GRANDE/PB. **Revista Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 22, n. 2, p.8-12, 2007. Disponível em: <http://www.abeas.com.br/wt/files/02_2007.2.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

GUIMARÃES, Camila Aude. **A feira livre na celebração da cultura popular**. Universidade De São Paulo, Celacc. São Paulo. 2010.

IICA (Brasil). Organização dos Estados Americanos (OEA). **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura**. 1942. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/circuitos-curtos-de-comercializacao-beneficiam-produtores-e-consumidores/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal-Lavoura Permanente**. Brasília: Brasil, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=231160&search=ceara|redencao>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal lavoura temporária-2014**. Brasília: Brasil, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=231160&idtema=149&search=ceara|redencao|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal-lavoura temporária-2014**. Brasília: Brasil, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.Php?Lang=&codmun=231160&idtema=149&search=c>

eara|redencao|producao-agricola-municipal-lavoura-temporaria-2014. Acesso em: 19 jul. 2016.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **PERFIL BÁSICO MUNICIPAL 2015 REDENÇÃO**. Fortaleza: Ceará, 2015.

_____, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Mapa Municipal de Redenção**. Fortaleza: Brasil, 1998. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/municipais/Redencao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita. **Ações públicas para o desenvolvimento local de comunidades quilombolas: os casos em Mandira-Sp e Campinho da Independência-RJ**. 2014. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Cap. 1.

LIBERTADOR, O. Cem Anos de Libertação. **O Libertador**. Redenção, p. 1-1. Maio 1983.

MARINHO, Diego Santos. et al. **O Cotidiano na Feira: O Comercio e a Comensalidade na Feira das Sete Porta**. Artigo apresentado no I Seminário de Alimentação e Cultura na Bahia (Centro de Estudos do Recôncavo-UEFS).

MARTINS, Gilberto de Andrade Martins. **Estudo de caso-métodos de pesquisa**. 2ªed.-São Paulo: Atlas, 2008.

MATTOS, Sandra Maria Cerqueira da Silva. Arranjos Produtivos Locais como Estratégia para o Desenvolvimento Local: O caso de Maracás. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 39, p.131-167, 2008. Semestral.

MODEL, Patricia Aparecida; DENARDIN, Valdir Frigo. Agricultura Familiar e a Formação de Circuitos Curtos de Comercialização através das Feiras Livres: O caso da Mantinfeira-Pr. In: ENGEMA- ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2014, Paraná. **ENGEMA- Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo: Engema, 2014. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/16/anais-xvi-engema/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

NOGUEIRA, F. do A. **“Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governo Local”**: Fatores que sustentam ações públicas ao longo dos anos. 2006. 139p. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública)- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Márcia Freire de; MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento Local e Arranjos Produtivos Locais: uma revisão sistemática da literatura. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p.47-58, 2014. Semestral.

ORTEGA, Antonio César; MENDONÇA, Nilton César (Org.). Estratégias de desenvolvimento territorial no Brasil: continuidades e rupturas. In: ORTEGA, Antonio César; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. São Paulo: Alínea Editora, 2007. Cap. 4. p. 93-121.

PEREIRA, Viviane Santos; SILVA, André Wagner Barata. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL: o caso de São Thomé das Letras. In: SOBER-SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECOONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. 2009 Lavras - MG. **Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócio no contexto de interação das nações.** Porto Alegre: Sober, 2009. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/751.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

PNUD, Programa das Nações Unidas Para O Desenvolvimento. **O que é Desenvolvimento Humano?** Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-queedesenvolvimento-humano.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

REDENÇÃO. Constituição (2009). Lei nº 1, de 2009. **Câmara Municipal de Redenção: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.** 1. ed.

REDENÇÃO. **Decreto-lei nº029** de 18 de junho de 1949. Da Câmara Municipal de Redenção.

REDENÇÃO. Decreto nº 029, de 18 de junho de 1949. **Criação da Feira Livre de Redenção e Acarape.**

REVISTA AGRICULTURAS. Rio de Janeiro: Agriculturas, v. 10, n. 2, jun. 2013. Trimestral. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RIBEIRO, E. M.; CASTRO, B, S; SILVESTRE, L, H., CALIXTO, J. S., ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F. M.; AYRES, E. B. programa de apoio às feiras e a Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro. Agriculturas – v. 2 nº 2 junho de 2005. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Artigo-1-Programa-de-apoio-%C3%A0s-feiras-e-%C3%A0-agricultura-familiar-no-Jequitinhonha-mineiro1.pdf>. acessado em: 15 de abril 2017.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da (Org.). Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. In: SCHMITZ, Heribert (Org.). **Agricultura Familiar: Extensão Rural e Pesquisa participativa.** São Paulo: Annablume, 2010. Cap. 1. p. 23-42.

SCHNEIDER, S.; CAZELLS, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S.; Silva, M. K, Marques, P. E. M. (orgs). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

_____, Sergio; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPER, Leonardo Renner (Org.). A Pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009. Cap. 2. p. 139-166.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 461 p. Laura Teixeira Motta.

SERRA JÚNIOR, Lauther da Silva et al (Org.) Marketing de Lugares: Um Estudo de Caso de Mato Grosso do Sul. **Rede-revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador-Bahia, v. n. 25, p.75-84, jun. 2012. Anual.

VIEIRA, Vanessa da Silva. **Governo Municipal e Desenvolvimento Econômico Local**: Análise a partir do Município de Luís Eduardo Magalhães-BA/ 20101-2014. 2006. 10 f. artigo (Mestrado) - Curso de Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Bahia, 2006.

APÊNDICE A- Entrevista com coordenador da vigilância sanitária**Responsável: Aurélio Santiago Franklin****Profissão: veterinário**

- Como é feita a vigilância quais os critérios utilizados?
- Quantas vezes a vigilância é feita?
- Quais as metas da nova administração?
- Quem é o responsável pelo matadouro público?
- Quais as dificuldades com relação a estrutura física o que se tem a dizer.

APÊNDICE B- Entrevista com Secretário de Infraestrutura

- Qual o projeto para a feira livre de redenção?
- Quais as dificuldades enfrentadas?

APÊNDICE C- Entrevista com servidor da secretaria de agricultura

- Como a feira é bancada?
- Os feirantes pagam para está lá?
- Como é possível fazer parte da feira?
- Quem são os envolvidos na feira?
- Quantas barracas são? E quais produtos comercializados?
- Os feirantes são de Redenção?
- Tem algum órgão dá assistência técnica aos feirantes?
- Existe conselho municipal da agricultura?
- SEBRAE e EMATERCE o que fazem pela feira?
- A feira é de responsabilidade do município?
- Quais são as políticas públicas que esses agricultores da feira têm acesso?

APÊNDICE D- Entrevista com os Feirantes

- Quanto tempo trabalha na feira?
- Qual a diferença na mudança de local, na rua para dentro do mercado?
- E a profissão foi influenciada pelos pais ou por vontade própria?
- Se a senhora tivesse que dizer em uma palavra o que é o seu trabalho na feira, qual palavra seria?
- Antigamente como era a feira?
- Qual foi a influência de trabalhar na feira? Por que quis ou os pais influenciaram?
- Você pode contar como se sente em trabalhar na feira?

APÊNCIDE E- Entrevista com Gerente da Ematece

- O que é EMATERCE?
- Qual sua missão?
- Qual objetivo?
- Quais as políticas públicas?
- Qual a contribuição que asseguram emprego e renda local?
- Quais os produtos que move a economia do município de Redenção?
- Como as famílias participam?
- Quantos beneficiários?
- Como fazer para participar?
- Como inserir esses agricultores no mercado local?
- Existem parcerias com o poder público? E como acontece?

APÊNDICE F- Entrevista com os feirantes

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Área: Ciências sociais aplicadas

Orientadora Responsável: Profa. Dra. Andrea Kanikadan.

Discente: Juliana Morais Silva.

Entrevistado:	
Município:	
Data:	
Características pessoais e Domiciliares	
1. O Local onde mora, é considerada como:	1. <input type="checkbox"/> Urbana 2. <input type="checkbox"/> Rural
2. Profissão: agricultor	
3. Qual é a sua Escolaridade:	1. <input type="checkbox"/> analfabeto 2. <input type="checkbox"/> ensino fundamental incompleto 3. <input type="checkbox"/> ensino fundamental completo 4. <input type="checkbox"/> ensino médio incompleto 5. <input type="checkbox"/> ensino médio completo 6. <input type="checkbox"/> não sei OBS:
4. O domicilio em que você mora é: 1. <input type="checkbox"/> próprio 2. <input type="checkbox"/> alugado 3. <input type="checkbox"/> cedido OBS:	
5. Como se sente vivendo no município e morando na sua zona: 1. <input type="checkbox"/> muito satisfeito 2. <input type="checkbox"/> satisfeito 3. <input type="checkbox"/> insatisfeito 4. <input type="checkbox"/> muito insatisfeito Por quê?	

Perfil sócio demográfico
5. O que você produz? E quantos ajudam no cultivo?
6. Quantos membros fazem parte da família?
7. Você cultiva os produtos a serem vendidos ou compra para revender? Por quê?
8. O que agricultura familiar propicia para a família?
9. Existe algum membro da família que faz outra atividade que não seja na agricultura?
10. Faz parte de alguma associação ou organização não governamental voltada para agricultura?
11. Para que você vende os produtos?
<p>12. É beneficiado por alguma política pública?</p> <p><input type="checkbox"/> O programa Hora de Plantar</p> <p><input type="checkbox"/> Padronização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura;</p> <p><input type="checkbox"/> Revitalização do Cajucultura.</p> <p><input type="checkbox"/> Programa Nacional de Crédito Fundiário (FNCF);</p> <p><input type="checkbox"/> Programa Brasil sem Miséria</p> <p><input type="checkbox"/> Construção de Habitação rural nas áreas do programa nacional de credito fundiário.</p> <p><input type="checkbox"/> Projeto São José III;</p> <p><input type="checkbox"/> Programa de Cisternas</p> <p><input type="checkbox"/> Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).</p> <p><input type="checkbox"/> Garantia Safra (GS).</p> <p>Outros:</p>
13. Quais ações você entende que melhoraria o aspecto físico e cultural da feira livre e fortalecê-la?

APÊNDICE G- Diário de Campo

Dia 26/01/13- primeira visita a feira livre do município de redenção por ser um sábado não encontramos muitas pessoas, mas o suficiente para percebermos o quanto nossa feira é mal organizada, logo na entrada do mercado público nos deparamos com uma fachada muito velha e uma placa de inauguração com o demonstrativo de quanto foi investido no mesmo. Ficamos muito surpresas pelo fato de que a data da reforma que é 2009 e o mercado no decorrente ano de 2013 se encontram totalmente sem condições de comercializar alimentos para consumo humano, havia também registrado as parcerias pela qual foi possível haver a reforma. Dentro do mercado público há Box ocupados somente como depósitos ficando fechados enquanto poderia está sendo utilizado para comercialização. O local é descoberto, os esgotos entupidos, as carnes são colocadas em cima de papelões e mesas de madeira sujas. Quanto à feira do peixe assim denominada percebemos que não funciona mais dentro do terreno baldio.

Dia 31/01/2013 - Entrevista o veterinário e atual coordenador da vigilância sanitária, onde ficou notório que a vigilância é muito passiva não demonstrou nenhuma ação preventiva, afirmado que agia somente por denúncias. Assim um relatório era apresentado uma vez por ano e não havia retorno dificultando mais ainda o trabalho.

Dia 03/02/2013- Volta à feira livre e ao mercado público desta vez fomos ao domingo, foi muito proveitosa estava bastante movimentada, cheia de barracas de roupas, legumes, verdura, carnes, utensílios de cozinha (panelas), venda de animais (galinhas vivas), temperos caseiros e peixes e etc. Algumas mercadorias são vendidas nas calçadas mesmo. No mercado público as carnes são comercializadas sem conservação adequada. Vimos que o local não dispõe de uma boa higiene como também não há uma organização das barracas de modo que os clientes tenham um espaço melhor para se movimentar dentro do mercado conhecidos por todos de “barracão”. Fora dali os peixes estavam sendo vendidos na calçada ao ar livre próximo aonde era vendido antes em um terreno baldio com um cheiro muito ruim de fezes.

Dia 05/03/2013 - Visita a biblioteca pública de Redenção. Fomos à busca de dados que comprovássemos datas e documentos sobre a história da feira de Redenção.

Dia 06/03/2013- Participação da 2º reunião dos feirantes com o secretário de agricultura de Redenção que na ocasião tinha como pauta:

- A nova localização da feira
- Criação da associação dos feirantes e
- Organização da feira nas ruas.

Nota-se com participação de muitos vendedores de todos os gêneros, representando a comercialização da carne, confecção, merenda e verdura que todos anseiam por mudança urgente comprovada pela quantidade de pessoas que se encontravam no auditório do ABC da cidade. No final da reunião conversamos com o secretário de agricultura.

Dia 07/03/2013- volta à feira para conversarmos com feirantes e aplicarmos uma atividade, mas como já era fim de feira não encontramos muitas pessoas trabalhando, por outro lado falamos com pessoas que nos ajudou bastante.

Dia 12/03/2013 – visita à câmara municipal para conseguir a lei de criação da feira livre de Redenção.

Dia 13/12/2016 – visita a EMATERCE- Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Ceará.

Dia 01/02/2017 reunião com feirantes na câmara municipal de Redenção

Dia 08/05/2017 – entrevista com feirantes

Dia 24/05/2017 – entrevista com feirantes

Dia 25/05/2017 – entrevista com feirantes

Dia 27/05/2017 – entrevista com feirantes

Dia 28/05/2017 – entrevista com feirantes